

Assistimos a cada dia o agravamento da crise institucional e política pela qual passa o Brasil. Os membros abaixo assinados da comunidade da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, entre estudantes, funcionárias e funcionários técnico-administrativos, professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores, sentem-se no dever democrático de se pronunciar acerca da condução sistematicamente arbitrária e seletiva de processos na Justiça brasileira que ferem diretamente nossa jovem democracia. Nos mais de setenta anos de história, a comunidade acadêmica da Faculdade de Ciências Econômicas sempre esteve presente nas discussões do cenário político-econômico nacional e atuou veementemente na oposição aos governos militares em defesa da democracia. Nomes conhecidos pela resistência à ditadura civil-militar tais como Herbert José de Sousa, o Betinho, e a própria Presidenta Dilma Rousseff, em sua juventude, foram membros dessa comunidade e fizeram da FACE o local de grande parte da construção dessa resistência. Além de diversos tipos de constrangimentos políticos colocados a funcionárias e funcionários, professoras e professores, três estudantes foram mortos – Carlos Alberto Soares de Freitas, João Batista Franco Drummond e Gildo Macedo Lacerda – e um se tornou desaparecido – Juarez Guimarães de Brito – em consequência da repressão política.

Diante disso, é evidente que a construção política da FACE sempre esteve ativa e, mesmo considerando o processo em curso distinto do da ditadura de 64, acredita-se que a movimentação está sendo orquestrada por agentes semelhantes. Uma parcela de políticos golpista, uma imprensa parcial e uma justiça seletiva. Acreditamos, pois, que o golpe não só se resume àquele feito com pólvora, mas também àquele que se tem uma ruptura institucional, um romper da Constituição. Vemos a construção de um discurso de combate à corrupção que, com o apoio da gran-

de mídia, torna-se partidário a ponto de inflamar a população em torno de um pedido de impeachment sem provas de crime ou fundamentação jurídica.

Um dos principais articuladores desse movimento, o atual Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, além de líder de uma agenda absolutamente conservadora e retrógrada em termos de direitos e liberdades individuais, acumula denúncias de envolvimento em esquemas de corrupção e é réu de ação penal por recebimento de propina em conta na Suíça. Intocado na Presidência da casa, será o responsável pela condução do processo de impeachment de uma Presidenta sem envolvimento comprovado em quaisquer esquemas ilícitos. Vimos a público, portanto, defender as instituições democráticas deste país e que todos os processos corram dentro da legalidade. Repudiamos absolutamente a tentativa de golpe em curso através do arbitrário pedido de impeachment, assim como a permanência de Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos Deputados.